# Cadeias produtivas e história global do trabalho: possibilidades e riscos a partir de uma leitura de *Empire of cotton*, de Sven Beckert

CLARICE GONTARSKI SPERANZA[1]

A ideia desta comunicação é contribuir para a reflexão acerca de novas propostas teóricas e metodológicas para a historiografia e sua aplicação/validade no campo específico da História do Trabalho. Nesta perspectiva, proponho-me a analisar as premissas da obra *Empire of Cotton: a global history* (ou Imperio do algodão, uma história global, ainda sem tradução para o português), escrita por Sven Beckert, professor da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Meu foco é discutir, a partir da leitura desta obra específica, as possibilidades e limitações do enfoque global para a história do trabalho produzida no Brasil, inclusive levando em conta as dificuldades materiais da pesquisa científica no país.

É evidente que *Empire of Cotton* tem muito a dizer para a história do trabalho – embora seja muito mais próximo do campo da história econômica. Como sustentou em artigo recente Peer Vries, o livro é na verdade dois: um sobre a história do algodão (como commodity) e outra sobre a história do capitalismo. E o capitalismo é para Beckert, novamente segundo Vries, caracterizado pela integração funcional de diversas variedades de formas de trabalho, incluindo a escravidão e outras formas de coerção, numa leitura afinada com a concepção de "sistema-mundo", de Imanuel Wallerstein (VRIES, 2017).

Beckert é conhecido dos historiadores brasileiros, tendo participado de vários eventos no país, incluindo o III Seminário Internacional Mundos do Trabalho, promovido pelo GT Mundos do Trabalho em 2014 na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). *Empire of Cotton*, lançado no mesmo ano nos Estados Unidos, foi celebrado como um dos 10 melhores

[1] Doutora em História, professora do departamento de História e do PPG em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

livros de 2015 pelo The New York Times, e foi finalista do Pulitzer, o mais prestigiado prêmio literário dos Estados Unidos, tendo amealhado ainda outras premiações. No ano passado, o autor lançou um livro sobre a relação entre escravidão e capitalismo no desenvolvimento dos Estados Unidos. Beckert é um dos organizadores de recente dossiê sobre a recepção de E.P. Thompson ao redor do mundo, publicado na *International Review of Social History* (IRSH) em abril de 2016 (WINANT, GORDON, BECKERT, BATZELL, 2016). Em parceria com Marcel van den Linden, do Instituto de História Social de Amsterdã, Beckert criou a Rede de História Global (*Global History Network*), formada por seis instituições de diferentes países, entre elas o Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial da USP.

*Empire of cotton* acompanha os primeiros relatos de cultivo do algodão, em povoados submetidos aos astecas, por volta de 1.500, na região do hoje México, até seu alastramento pelos outros continentes e o desenvolvimento de uma lucrativa manufatura de tecidos na Índia, manufatura esta que paulatinamente passaria a ser dominada pelos europeus, a partir da inserção destes na rede de comércio antes dominada pelos asiáticos e árabes. Observa como no século 18, o aumento da demanda por tecidos na Europa torna-se um forte incentivo para deslocar a indústria da Índia para a Inglaterra e revolucioná-la. Explora a relação deste comércio crescente com a descoberta do ouro e da prata nas Américas, bem como a implantação das *plantations* com mão de obra escrava, importada da África em troca de mercadorias, em especial tecidos de algodão.

> *O comércio europeu de tecidos de algodão atou a Ásia, as Américas, a África e a Europa numa rede comercial complexa. Nunca antes nos 4 mil anos de história do algodão um sistema global tão abrangente havia sido inventado. Nunca antes os produtos dos tecelões indianos serviram para comprar escravos na África para trabalhar nas plantations nas Américas para produzir commodities agrícolas para os consumidores europeus.* (BECKERT, 2014, p. 36).

A expansão do comércio de tecidos nesta perspectiva global não se baseava primariamente na qualidade e bons preços, mas sim na "subjugação militar dos competidores e numa presença mercantil coercitiva" (BECKERT, 2014, 37). Assim, Beckert desliza habilmente sua narrativa acerca do algodão e o vincula definitivamente ao surgimento do capitalismo, identificando três movimentos essenciais para o surgimento deste: expansão

imperial, expropriação e escravidão. E esses três movimentos, no século 18, caracterizam um período definido como de capitalismo de guerra" (*war capitalism*). Este capitalismo de guerra é definido em termos de exclusão e inclusão:

> *O capitalismo de guerra baseia-se na capacidade dos ricos e poderosos europeus de dividir o mundo entre um "dentro" e um "fora". O mundo de "dentro" incluía leis, instituições e costumes do Nação-mãe onde imperada a ordem governada pelo Estado. O mundo de "fora", em contraste, era caracterizado pela dominação imperial, pela expropriação de vastos territórios, dizimação de povos indígenas, roubo de seus recursos, escravização e a dominação de vastas faixas de terra por capitalistas privados com pouca supervisão efetiva dos estados europeus. Nestes domínios imperiais, as regras do mundo de "dentro" não se aplicavam. Neles, os Estados eram superados por senhores, a violência desafiava a lei e a coerção física protagonizada por atores privados animava o mercado.* (BECKERT, 2014, p. 38)

Na esteira de outros autores, Beckert salienta a relação entre Revolução Industrial e escravidão, ressaltando que foi a combinação entre escravidão e conquista que alimentou a Revolução Industrial até 1861. Foi a exploração violenta e quase sem limites do trabalho humano no sistema escravista, em especial no sul dos Estados Unidos, que permitiu a elasticidade de produção necessária para a expansão rápida de preços e mercados. E o Brasil teria papel importante nesta história, apesar de que aqui a expansão do plantio de algodão (em especial no Maranhão) era limitada pela competição com o açúcar por mão de obra escrava. Teria sido no Brasil e nas Índias Ocidentais que foi inventada uma nova forma de produzir algodão, com mão de obra escravizada.

Conectada a esta produção escravista nas Américas, a implantação das fábricas para a manufatura industrial do algodão na Europa no século 19 também foi um processo de extrema violência, com uso intensivo de mão de obra infantil e feminino. Este processo torna-se mais próximo do leitor a partir do exame de casos singulares, como o de Ellen Hootton, de 10 anos, investigada por uma comissão governamental em 1833. A menina trabalhava desde os 8 anos de idade, em uma fábrica de Manchester, onde era frequentemente espancada, entre outras agressões. Além disso, a permanência de padrões de trabalho não-capitalistas em paralelo ao processo de industrialização é pontuada pela análise das rotinas dos empregados de uma fábrica de Dover, mostrando alta rotatividade e padrões sazonais de adesão ao trabalho. Beckert mostra que a resistência à proletarização foi significativa e teve no Estado um forte inimigo, a partir das leis contra o ócio, contra sindicatos, contra greves etc. De fato,

para o autor, o processo de proletarização tornou os capitalistas mais dependentes do Estado. Mas, por outro lado, a territorialização do capital e a sua crescente dependência do Estado-nação também favoreceu a ação coletiva dos trabalhadores para melhorar as condições de trabalho e salários, o que acabaria, paradoxalmente, por tornar a dependência dos capitalistas do Estado na maior força dos trabalhadores (BECKERT, 2014, p. 196).

Em seu livro, Beckert maneja uma quantidade impressionante de fontes primárias e também secundárias, citando inclusive autores brasileiros clássicos como Caio Prado Júnior e Celso Furtado. É evidente ao ler a obra que nela a tradição empirista se sobrepõe aos esforços de reflexão teórica historiográfica, porém sem que estes estejam totalmente ausentes. Ao final, novamente deslizando do algodão para o capitalismo, Beckert sustenta que o rearranjo constante no espaço das relações de produção, as várias composições de capital e política são a própria essência do capitalismo.

> *À medida que os capitalistas procuram mão de obra cada vez mais barata, melhor infra-estrutura e mercados maiores, combinam e recombinam os trabalhadores e os consumidores mundiais, as terras do mundo e suas matérias-primas, de maneiras sempre novas. Nesse processo, a ação coletiva (ou a falta dela) dos trabalhadores é muito importante, assim como as políticas (ou a falta delas) dos Estados.* (BECKERT, 2014, p. 440)

Este aspecto é utilizado por ele para uma defesa do enfoque global na história:

> *Vimos que a história do capital e do algodão só pode ser entendida se considerarmos a história de muitos lugares e grupos de pessoas diferentes. Olhar apenas uma parte do império leva a enormes mal-entendidos, por exemplo, a caracterização dos últimos 50 anos como um mundo de desindustrialização (como alguns cientistas sociais europeus e norte-americanos descreveram), quando exatamente o oposto é verdadeiro, com a maior onda de industrialização que já ultrapassou o globo*. (BECKERT, 2014, p. 440)

O enfoque global, sustenta, possibilitaria ainda relativizar visões eurocêntricas como a que identifica em Hobsbawm, numa crítica ácida ao conceito do historiador britânico de que o século XIX seria a Era da civilização burguesa e o XX a Era da Catástrofe. Para Beckert, do ponto de vista dos povos das Américas, da Ásia e da África, pode-se argumentar que o século XIX foi uma era de barbárie e catástrofe, com a devastação provocada pela escravidão e pelo imperialismo. O século 20, ao contrário, com o enfraquecimento dos impérios e da dominação colonial, deveria ser considerado o século da descolonização.

Tentando relacionar esta obra às discussões em torno da história global do trabalho, lembro que em 1999 Marcel van der Linden e Jan Lucassen sugeriram o conceito de história global do trabalho, propondo a adoção de abordagens diacrônicas e transcontinentais e sugerindo quatro áreas de pesquisa: a reescrita de histórias de organizações tradicionais (sindicatos, etc), o estudo de formas organizacionais não tradicionais, como associações mutualistas, a história dos trabalhadores no sul global e a história dos trabalhadores pré-industriais (LINDEN, 2013). Em texto publicado mais recentemente no livro *Global Histories of Work* (organizado por Andreas Eckert), van der Linden observa que esta "receita" está totalmente superada. Entre diversos novos caminhos, uma das novas metodologias que identifica nos pesquisadores atuais é justamente a reconstrução das cadeias de commodities. Entre as vantagens abertas por esta opção metodológica estaria, conforme Linden, a capacidade de tornar visíveis os limites e possibilidades materiais de solidariedade entre trabalhadores nas diferentes posições destas cadeias, inclusive em termos de interesses mais imediatos destes (LINDEN, 2016) .

Desta forma, podemos pensar que a partir da inserção de uma rede de um mesmo produto, somos capazes de observar as tramas estruturais da história, mas também as transformações e conflitos locais e ação destes no sistema. A vida de um indivíduo escravizado no Maranhão do século 18, de outro na mesma situação no sul dos Estados Unidos do século 19 e de uma operária fabril de Manchester no mesmo período se relacionam mesmo que eles nunca tenham convivido de fato; suas ações e reações afetam e modificam a cadeia produtiva, afetando e modificando suas vidas (mesmo que não sejam o único fator para isto). Me parece uma forma interessante de estabelecer conexões e estabelecer redes de compreensão histórica.

O problema das conexões, de fato, é uma questão central para a história, e mais ainda se adotada uma perspectiva transnacional. A História Atlântica, por exemplo, privilegia o espaço geográfico do Atlântico em determinados períodos históricos, como lugar de relações, encontros e desencontros. Para Luís Felipe de Alencastro, na grande obra *Trato dos Viventes*, "é no espaço mais amplo do Atlântico Sul que a história da América portuguesa e a gênese do Império do Brasil tomam toda sua dimensão" (ALENCASTRO, 2000, p. 20). Alencastro considera que a formação histórica brasileira teria condicionantes africanos, atlânticos, distantes dos vínculos europeus, pelo menos até metade do século 19. Sendo o

Brasil o maior importador de escravos da Américas, é o tráfico como atividade econômica o condicionante cultural que obrigaria a esta apreensão extraterritorial da formação do país.

Importante notar que não se trata aqui de uma história do trabalho, focada no trabalhador: mas uma história da nação, do país, do território, do Brasil, no qual o fator determinante é o trabalhador escravizado, sua captura, transporte e utilização.

As conexões do Atlântico Norte, por outro lado, foram abordadas entre outros por Peter Linebaugh e Marcus Rediker em *A hidra de muitas cabeças*. Sua proposta é uma história de baixo para cima que revele "a classe multiétnica essencial ao surgimento do capitalismo e da moderna economia global" (LINEBAUGH, REDIKER, 2008, 15) nos séculos 17 e 18. Numa compreensão bastante elástica do conceito de classe e de proletariado, os autores identificam piratas, escravos e outros grupos explorados como responsáveis pela construção da infra-estrutura necessária ao capitalismo, sendo portanto, um proletariado *avant la lettre*. A obra traz uma crítica embutida à tradicional história do trabalho, e inclusive a Thompson (apesar dos autores adotarem muitas de suas perspectivas teóricas). Dizem eles na conclusão:

> *A ênfase da história moderna do trabalho no artesão/cidadão branco, do sexo masculino, especializado, assalariado, nacionalista e dono de propriedade, ou no operário industrial, ocultou a história do proletariado atlântico dos séculos XVII e XVIII e do começo do século XIX. O proletariado não era um monstro, não era uma classe unificada e não era uma raça*. (LINEBAUGH, REDIKER, 2008, 346)

Para conectar estes diversos grupos explorados, Linebaugh e Rediker utilizam-se de uma metáfora retórica, a hidra, de cabeças diversas mas sempre ameaçadoras, como eram múltiplos e vistos como ameaçadores os dominados dos séculos 16 e 17 no espaço do Atlântico Norte. Alguns destes grupos têm vínculos entre si, outros, não. Os que os une, de fato, é apenas a situação de explorados e expropriados por uma classe protocapitalista em ascensão.

Voltando a *Empire of Cotton*, a perspectiva metodológica de explorar uma cadeia produtiva específica me parece antes de tudo uma escolha estratégica, mais talvez do que um novo caminho teórico. Porém, cabe ressaltar que esta perspectiva tende a reforçar os determinantes estruturais, em especial econômicos, das relações, sem necessariamente obliterar as ações possíveis dos sujeitos envolvidos. Também permite uma transição segura entre o micro e o macro, bem como entre a história local, regional e a global. Como disse

Beckert em uma conferência em 2016: o foco nas *commodities* força a uma visão que vá além das fronteiras nacionais e reforça a conexão dos eventos. E se o algodão é o produto por excelência do século 19, o petróleo ou a carne podem ser os do século 20.

Ainda conforme Beckert, estudar o trabalho é estudar a história do capitalismo, compreendido como a história da escravidão, trabalho livre e as fronteiras entre eles (ou, em alguns casos, a inexistência de fronteiras de fato entre eles). Uma abordagem deste tipo, no entanto, esbarra em duas necessidades imprescindíveis: bons e numerosos estudos locais/regionais que embasem a visão global do pesquisador; e tempo e recursos para a realização de pesquisa empírica em pontos e arquivos diversos do planeta. Tais condições, como sabemos, são bastante difíceis hoje no Brasil, em especial a segunda. Desta forma, tal abordagem permanece virtualmente inacessível para a maioria dos pesquisadores brasileiros.

No entanto, é importante lembrar que a história global do trabalho é apenas mais uma forma de se produzir a história do trabalho. Nada impede que a ideia de seguir uma cadeia produtiva possa ser utilizada a partir de um enfoque local ou regional. Penso, a partir de minhas pesquisas anteriores, como esta abordagem poderia enriquecer, por exemplo, o estudo das relações do trabalho do carvão. Em vez de restringir a perspectiva aos mineiros e operários da extração no Brasil ou em uma região do país, a pesquisa pode ser direcionada às relações entre eles e os trabalhadores nas ferrovias, onde o carvão era utilizado como combustível, bem como aos operários das siderúrgicas e usinas termoelétricas. Tal estudo poderia, de fato, examinar o impacto de movimentos isolados de resistência em trabalhadores de outras pontas, observar episódios de solidariedade e de conflito e investigar a circularidade dos operários. O mesmo pode ser pensado também, como outro exemplo, em relação aos trabalhadores da carne, desde o campo até os frigoríficos e a indústria de transformação.

Novamente ressalto que o grande risco aí é fazer predominar as relações econômicas, deixando em segundo plano as experiências culturais e políticas dos grupos envolvidos. Neste sentido, é preciso uma especial atenção à compreensão de Thompson destes limites estruturais não como leis e sim como pressões aos quais a experiência humana se submete mas também, frequentemente, transgride e transforma (THOMPSON, 1981).

Ao fim e ao cabo, me parece que é preciso pensar em novas formas de escrever a história, que sejam capazes de integrar nossas pesquisas tão numerosas e atomizadas, bem

como transpor os limites dos leitores acadêmicos dentro das nossas condições específicas no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Viventes - Formação do Brasil no Atlântico Sul - Séculos XVI e XVII.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BECKERT, Sven. *Empire of Cotton: A Global History*. New York: Penguim Random House, 2014.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho.* Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LINDEN, Marcel van der. The promise and challenges of Global Labour History. In: ECKERT, Andreas. *Global Histories of Work*. Berlin, Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2016, p. 25-48.

LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças - Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VRIES, Peer. Cotton, Capitalism, and Coercion: Some Comments on Sven Beckert's Empire of Cotton. *Journal of World History*, University of Hawai Press, vol. 28, nº 1, 2017.

WINANT, Gabriel, GORDON,Andrew, BECKERT, Sven, e BATZELL, Rudi. Introduction: The Global E.P. Thompson. *International Review of Social History, vol 61, nº* 1, abril de 2016, pag. 1-9.